

# UMA BREVE ANÁLISE DO INSTRUMENTO MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Isis Alves do Sacramento Perdigão

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências. Ilha Cidade Universitária. Rio de Janeiro - RJ, 21941-970. [geoisisperdigao@gmail.com](mailto:geoisisperdigao@gmail.com)

## Introdução

O presente trabalho é fruto de minha trajetória no Projeto de Extensão Universitária, "*Raízes e Frutos: uma vivência nas comunidades caiçaras da Juatinga - Paraty - RJ*", vinculado à Pró-Reitoria de Extensão Universitária (Pr-5) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que demandou relações de pesquisa e trabalho com diferentes segmentos sociais e institucionais, atuantes na área de abrangência do mosaico de unidades de conservação da Mata Atlântica intitulado, Mosaico Bocaina. O público alvo do “Raízes e Frutos” foram as comunidades caiçaras da Reserva Ecológica da Juatinga (REJ), que está situada na região entre o litoral sul do Rio de Janeiro e o norte de São Paulo, delimitada ao fundo pela Serra do Mar.

O projeto foi balizado pelos quatro eixos de ação seguintes: Propostas pedagógicas; Vivências agroecológicas; Divulgação e comunicação; e Relações institucionais. As atividades de campo do último eixo, do qual fiz parte, representou a UFRJ nas reuniões dos Conselhos Gestores da Reserva Ecológica da Juatinga (REJ) e da Área de Proteção Ambiental (APA) Cairuçu. Os objetivos do eixo relações institucionais eram incluir a Academia no processo de negociação e de tomada de decisão no que tange à gestão das unidades de conservação, bem como facilitar o intercâmbio de informações entre as comunidades locais e os conselheiros da APA Cairuçu.

Durante as atividades de campo, foi se percebendo que a REJ era uma das áreas protegidas dentro de um Corredor de Biodiversidade (Ecológico e Etnológico) maior, uma porção integrante do chamado corredor ecológico da Serra do Mar. E que tanto a REJ quanto as demais unidades de conservação que formam essa extensa mancha verde em escala regional eram administradas e gerenciadas de maneira fragmentada, configurando áreas protegidas individualizadas, com um chefe para cada uma delas. As questões emergentes ao grupo quanto essas unidades de conservação foram: como se dava a integração entre as diferentes unidades de conservação para o planejamento realização de ações? Quais instrumentos eram utilizados?

A resposta à questão se materializa no instrumento mosaico, mais especificamente, na arena decisória que reúne os chefes das uc's, ong's, gestores privados, empresas, educadores, comunidade, e outros segmentos sociais para planejar e coordenar ações de proteção à biodiversidade e negociações políticas com diferentes atores sociais. Esta arena se chama conselho consultivo do mosaico de unidades de conservação.

### **Objetivos**

Este trabalho visa abordar as seguintes questões: como garantir o exercício de poder equânime entre os diferentes segmentos sociais com assento nos conselhos consultivos, considerando as assimetrias de poder existentes? Quais os mecanismos existentes e/ou em elaboração para superá-las? Como se atingir uma gestão compartilhada equânime entre todos os circunscritos naquele espaço de poder? Quais indicadores devem ser adotados para mensurar a eficiência deste instrumento da política ambiental compartilhada?

### **Metodologia**

Para conseguir responder às questões levantadas neste trabalho, a pesquisa ação participante irá subsidiar a análise deste instrumento e de sua efetividade enquanto política pública. A presença do pesquisador nas reuniões de um conselho consultivo do Mosaico Bocaina, o acesso aos registros e materiais produzidos por esta arena decisória, bem como a aplicação de entrevistas e questionários semiestruturados com os atores sociais que fazem parte deste conselho serão as metodologias de trabalho desta investigação.

### **Resultados e Discussão**

Conforme artigo 26 da lei 9.985/2000 configurar-se-á um mosaico: *“Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas (...), a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional”*.

Entretanto, interseções espaciais entre unidades de conservação significam, também, sobreposição de responsabilidades e de conflitos resultantes; pois sobre uma mesma região, operam diferentes instituições gestoras e políticas regulatórias, barreiras político administrativas a serem diluídas numa arena decisória regional, o conselho consultivo do mosaico. Os chefes dessas unidades se reúnem periodicamente, sob o formato de conselho consultivo, juntamente à ong's, gestores privados, empresas, educadores, comunidade, e

outros segmentos sociais; para planejar e coordenar ações de proteção à biodiversidade e negociações políticas entre diferentes atores sociais (governamentais, empresariais, sociedade civil, comunidades tradicionais, universidades, entre outros).

De acordo com Theodoro e Zeke e Beck (2005), gestão ambiental sugere “*um conjunto de ações que envolvem políticas públicas, o setor produtivo e a sociedade de forma a incentivar o uso racional e sustentável dos recursos ambientais*”. Nessa linha, a configuração da gestão ambiental brasileira começou a se formar a partir da década de 80, quando da incorporação da temática através da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (lei 6.938/81) e da Constituição Federal de 1988. Além dos marcos legislativos, a emergência de instituições públicas para estruturá-los administrativamente, como a criação do Ministério do Meio Ambiente, suas secretarias e colegiados; a partir de 1992.

Na década de 90, o Brasil se tornou membro do programa *Man and Biosphere* (MaB), da UNESCO, responsável por normatizar e incentivar a demarcação das reservas da biosfera em cerca de 100 países no mundo. Agências bi e multilaterais, empresas, fundos, fundações privadas, bancos internacionais, entre outros agentes patrocinam a realização desse programa e de outros; intervenções contempladas em diferentes partes do mundo no âmbito do conceito de reserva da biosfera. Ao se incorporar ao programa MaB, o Brasil se tornou alvo desses patrocínios, o que gerou uma nova arena de atuação para outras instituições, que não as públicas.

## **Conclusões**

O interessante é que, apesar de a matéria ambiental ser uma temática incorporada na administração pública brasileira recentemente, a partir da efetivação de políticas regulatórias, estruturadoras e operacionais, ela já se configurou tendo em vista um cenário macroeconômico global. A realização de programas e projetos relacionados à gestão socioambiental envolve diferentes agentes nacionais e/ou internacionais, de âmbito estatal, privado ou parceria multilateral. Essas relações institucionais ocorrem em escala global e se materializam sobre as regiões naturais, em países detentores de corredores de biodiversidade. Logo, além de novos grupos estarem atuando no financiamento e realização da gestão socioambiental globalizada que não os aparelhos estatais, novas ações institucionais também veem se configurando.

O uso de indicadores de efetividade, tema em debate e construção conceitual, objetiva verificar, através de mensurações, comparações e mapeamentos de ações planejadas e/ou

implantadas, como: indicadores de monitoramento da distribuição dos impactos (positivos e/ou negativos) sobre a região, do grau de participação social, e de conflitos historicamente estabelecidos.

Sendo assim, a análise sobre o instrumento mosaico de unidades de conservação não termina aqui. Este trabalho é apenas uma iniciação no estudo sobre esta política operacional que, por estar cada vez sendo mais amplamente adotada por diferentes países na escala global, inclusive no Brasil, demanda constante formas de monitoramento.

### **Referências Bibliográficas**

BECKER, B. K. **Tendências de Transformação do Território no Brasil. Vetores e Circuitos.** Revista Território, Rio de Janeiro, v. 2, p. 5-17, 1997.

LINO, C. F.; ALBUQUERQUE, J. L. (orgs.). **Mosaicos de unidades de conservação no corredor da Serra do Mar.** São Paulo: Caderno 32 – série Conservação e Áreas Protegidas. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. São Paulo, 2007.

MMA. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).** Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000. Disponível em: < [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)>. Acesso em: setembro. 2010.

THEODORO, S. H.; FIGUEIREDO, P. M. C.; e BEKE, Z. **Gestão Ambiental: uma prática para mediar conflitos socioambientais.** Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. 2006.